

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE LITERACIA NO ALTO DOURO: UM QUADRO DEFICITÁRIO MAS EM VALORIZAÇÃO

Helena PINA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CEGOT
mpina@letras.up.pt

Resumo

Cenário privilegiado, a Região Demarcada do Douro (RDD) ostenta um quadro paisagístico soberbo, para além de um património excecional que justificou a sua classificação pela UNESCO como "Património da Humanidade". Não obstante, os obstáculos ao seu desenvolvimento acumulam-se, nomeadamente os de âmbito demográfico, quadro muito problemático. Neste contexto, é imperativo questionar sobre o perfil sócio-cultural dos seus residentes, particularmente do produtor agrícola, dada a sua ascendência no tecido económico regional. Efetivamente, quando se confronta o cenário existente em 1989 com o de 2009 (Rec. Agrícola, INE), apesar de ser indissociável uma melhoria do seu nível de literacia e da sua formação técnica é também inegável o declínio populacional e um nítido envelhecimento, para além de sobressair ainda um nível formativo elementar em termos de literacia e de conhecimentos técnicos inovadores. Com uma implantação territorial diferenciada que privilegia as sedes concelhias, particularmente aquelas onde se instalaram centros universitários ou politécnicos, se bem que domine uma população com o ensino básico, este cenário ainda se agrava quando se ultrapassam os limites dos espaços vitícolas. Constituindo a literacia uma das componentes básicas para a dinamização regional, aspeto indutor do empreendedorismo, da capacidade de atrair investimentos e, com isso, de fixar população jovem, com formação, é necessário, pois, conjugar a ação de todos os agentes interventores no ordenamento territorial para a melhoria deste indicador, mas num contexto que privilegie os residentes, os efetivos preservadores do património regional.

Palavras chave: produtores agrícolas, envelhecimento, perfil sócio-cultural, literacia

Abstract

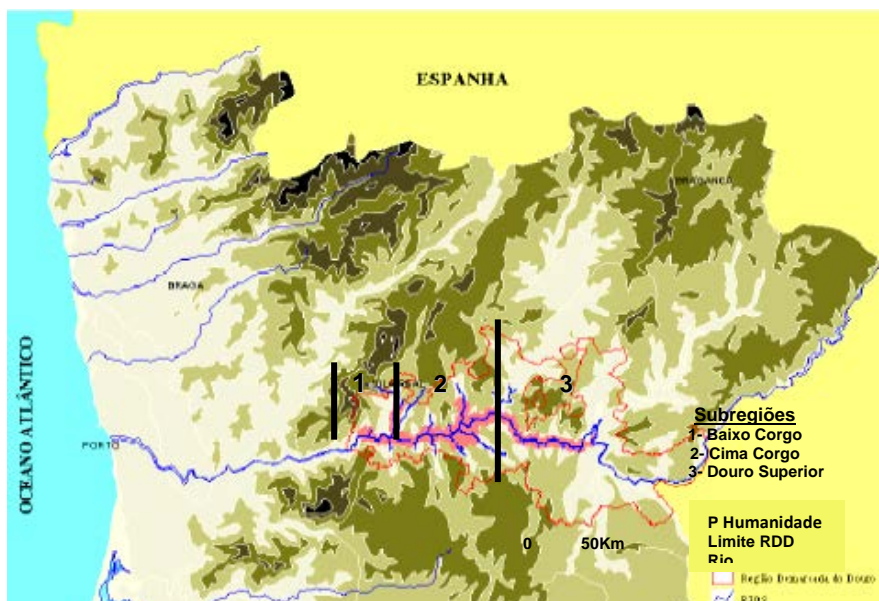
Privileged setting, the Douro Demarcated Region (DDR) boasts a superb landscaped framework, in addition to an exceptional heritage that justified its classification by UNESCO as "World Heritage". Nevertheless, the obstacles to its development accumulate, namely the demographic context, very problematic. In this context, it is imperative question on the socio-cultural profile of its residents, particularly the agricultural producer, given its ascendancy in regional economies. Indeed, despite being undisguised an improvement in their level of literacy and technical background when it confronts the existing scenario in 1989 with 2009 (Rec. Agricultural, INE), it is undeniable the population decline and a sharp aging beyond still stand out an elementary training level in terms of literacy and innovative expertise. With a differentiated territorial deployment that favors the municipal offices, particularly those where they settled University or Polytechnic centers, although dominate a population with basic education, this scenario is still worse when we exceed the limits of the wine-growing areas. Constituting literacy one of the basic components for regional promotion, inducing entrepreneurship aspect, the ability to attract investment and, therefore,

to set young people with training, it is therefore necessary to combine the action of all stakeholders territorial agents, but in a context that favors residents, actual upholders of regional heritage.

Keywords: farmers, aging, socio-cultural profile, literacy

1- Algumas notas de enquadramento do Alto Douro: da diversidade territorial a algumas problemáticas

Espaço patrimonializado, a Região Demarcada do Douro (RDD), implantada na bacia hidrográfica do Douro, em território xistoso com microclima de cariz mediterrânico, evidencia um quadro paisagístico distintivo, para além de um património económico, social, arquitetónico e cultural soberbo que justificou a sua classificação pela UNESCO, em Dezembro de 2001, como “Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade”. A região inicia-se em Barqueiros e Barrô, no seu extremo ocidental, e prolonga-se até à fronteira espanhola, seu limite oriental (Fig. 1), totalizando cerca de 250000 ha, se bem que apenas 45000 desses hectares estejam ocupados pela vinha contínua (IVDP, 2015). Aqui se sucedem as paisagens idílicas, onde se multiplicam os vinhedos implantados nos socacos que ascendem pelas vertentes declivosas do rio Douro e dos seus principais afluentes. A região, contudo, é muito heterogénea, já que neste território se verifica uma organização contrastante quando nos deslocamos de ocidente para oriente, ou quando ascendemos nas vertentes. Surgem, deste modo, e de uma forma gradativa, três subregiões que se denunciam em termos económicos, sociais, culturais e paisagísticos: Baixo Corgo (BC), Cima Corgo (CC) e Douro Superior (DS).



Fonte: Plano Intern. Orden. Territ. Do Alto Douro Vinhateiro, UTAD

Fig. 1- Localização do espaço em análise.

Muito sumariamente, poderá dizer-se que enquanto no Baixo Corgo, a subregião mais ocidental e mais húmida, sobressai uma paisagem onde é nítido num forte parcelamento da propriedade rústica, já que aqui domina a pequena exploração agrícola familiar (Pina, 2011, 2013; Lourenço, 2008), no Cima Corgo, o “Coração do Vinho do Porto”, há que realçar um vale extremamente encaixado, onde proliferam os litossolos xistosos com um índice de fragmentos superior ao do BC, mas favorável a uma vinha de maior qualidade, justificando aqui a concentração das grandes quintas de estrutura empresarial. No extremo oriental surge o Douro Superior, a subregião antes vocacionada para os cereais, a amendoeira e a oliveira, mas onde, desde os anos setenta do século XX, se registou uma significativa expansão vitícola.

A justificação destes contrastes decorre de uma multiplicidade de fatores de origem antrópica, mas também ambiental e económica. Recorde-se, a título de exemplo, que foi o homem que ao longo dos séculos desagregou o xisto (Pedrosa, 2010), criando um litossolo onde se plantaram as videiras de castas específicas, regionais, multiplicando-se os socalcos para proteger os vinhedos dos episódios erosivos.

Em termos climáticos, embora se evidencie um clima de matriz mediterrânea, num meio onde são nítidas as carências hídricas, também os cambiantes internos com reflexos na implantação vitícola se sucedem (Rodrigues, 2011). Com efeito, se no Baixo Corgo, a vinha ostenta um longo historial e ocupa quase todo o espaço com capacidade para tal (Pina, 2007), no Douro Superior, como as temperaturas são mais elevadas e os recursos hídricos são mais escassos, a área ocupada pela vinha foi mais contida até à década de setenta do século passado (cerca de 10% a 20% da SAU), cenário que só se alterou após a revolução política de 1974, na sequência da expansão económica então vigente, substituindo-se progressivamente o olival e o amendoal pela vinha.

Apostou-se em extensos vinhedos, mecanizados, mas substituindo-se o tradicional terraço, suportado por muros de xisto de pedra solta, pela “vinha ao alto” ou pela “vinha em patamares” (Queiroz, 2010) e se, por um lado, se mitigaram as carências de assalariados, por outro também se dilataram os vinhedos mas com morfologia alheia à tradição, avolumando-se os excedentes vínicos e alterando-se a paisagem e as vivências sociais (Lourenço, 2008). Melhoravam-se também os vinhos e a produtividade regionais, através da maior seleção das castas vínicas (Queiroz et al, 2010), mas de uma forma muito dualista, contrapondo-se à tradição familiar, a modernização e inovação empresariais (Pina, 2007, 2013).

Estamos, porém diante de um cenário regional pleno de recursos endógenos, abarcando desde uma paisagem única, a vinhos de excepcional qualidade, para além de um património histórico e arqueológico diversificado, e de outras potencialidades de cariz cultural como as festas e romarias (Pina, 2010, 2013), as tradições associadas à vindima e a outros trabalhos agrícolas, os festivais temáticos, as feiras regionais, ou ainda as estâncias termais e a emergência de Spa’s com recurso à vinoterapia (Pina, 2012a). Para uma noção mais real das potencialidades regionais, há que acrescentar também os núcleos urbanos, detentores de um valioso património arquitetónico, bem como as áreas classificadas e as protegidas (Dermenzieva et al, 2011), integradas na região vitícola ou nas suas proximidades, ou ainda a complementaridade que se estabelece com os espaços envolventes, nomeadamente os serranos planálticos onde proliferavam as searas em solos graníticos e clima mais agreste, particularmente no inverno quando a neve pontua com alguma frequência, mas ainda assim atrativos, se bem que envoltos

em problemáticas múltiplas, entre as quais as demográficas e numa ótica muito mais preocupante do que a observada na RDD, já que aqui o declínio populacional e o envelhecimento estrutural, ou ainda a débil literacia se acentuam, dilatando-se as hipóteses de abandono deste território, com a conseqüente perda de identidade cultural e patrimonial.

Efetivamente, se as potencialidades regionais são imensas, os problemas também se acumulam, abrangendo desde os ambientais, aos económicos (Pina 2013, Abreu, 2012), ou os culturais e os sociais (Ferreira, 2012). Acrescem as deficientes acessibilidades (Pina, 2003), a exiguidade de alternativas laborais, ou a falta de empreendedorismo. Foi neste enquadramento que se desenvolveram grandes fluxos migratórios desde o século XIX, amplificados desde a segunda metade do século XX e que conduziram ao declínio demográfico duriense, ou de modo mais acentuado ainda nos espaços envolventes, sobejando uma população envelhecida e com escassa formação, razão pela qual é já problemática a continuidade de algum do setor agrícola, sobretudo nos espaços exteriores à RDD. É, porém, o substrato humano que sustenta este património, razão pela qual é imperativo questionar o perfil sócio-cultural dos seus residentes numa perspetiva diacrónica.

Perante o cenário apresentado, neste artigo debruçar-nos-emos sobre o quadro social duriense, e de modo muito particular sobre alguns aspetos de literacia, privilegiando a população rural, a mais problemática. Em termos metodológicos conjugamos um intenso trabalho de campo, que se estendeu por toda a RDD e freguesias envolventes, com um estudo documental, privilegiando a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente os Recenseamentos Gerais da População e os Recenseamentos Agrícolas de 1989 a 2009 (INE), representativos das recentes alterações sócio-económicas. Esta pesquisa foi complementada pela realização de inquéritos à população, particularmente à idosa, e entrevistas a diversos agentes locais e antigos professores que lecionaram quer nos espaços vitícolas, quer nos envolventes. As entrevistas foram semi-estruturadas, privilegiando testemunhos reais que nos possibilitam a deteção de grandes etapas, a perceção evolutiva das condições sócio-económicas e culturais existentes neste território em análise. Procurou-se, desta forma, obter uma imagem da complexidade do atual quadro social e das mutações territoriais mais incisivas, bem como os seus reflexos, concluindo com a explanação de algumas linhas de desenvolvimento estratégico numa perspetiva sustentável.

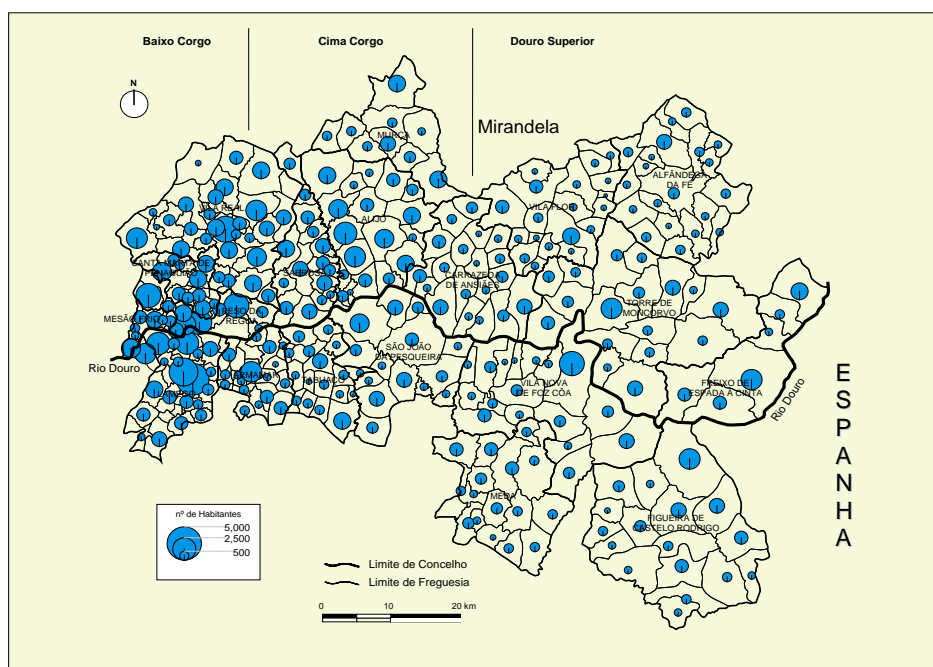
2- O quadro demográfico regional: uma evolução assimétrica e preocupante

2.1- Principais fundamentos e traços evolutivos (séculos XIX e XX): um cenário bem diferenciado

Se a RDD apresenta um longo historial e ostenta um cenário paisagístico inconfundível que justificou a sua classificação pela UNESCO, em 2001, como “Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade” (Aguiar, 2000), não obstante, os obstáculos ao seu desenvolvimento acumulam-se, nomeadamente os ambientais e paisagísticos (Queiroz, 2011), ou os de âmbito económico e os sociais (Pina, 2012c). O

quadro atual, porém, é o resultado de um historial diferenciado, em que períodos críticos se intercalaram com outros florescentes.

Com uma implantação populacional assimétrica que desde sempre privilegiou o Baixo Corgo, já que em 1864, 41,3% dos durienses aí residiam, enquanto no Douro Superior esse valor se restringia a 28,5% (Fig. 2), e se até ao final do século XIX dominaram os acréscimos populacionais, se bem que contidos e descontínuos num decalque das crises vitícolas, das calamidades naturais e da proliferação das epidemias, quando se superavam esses períodos mais negativos, recrudescia a população, de modo particular nos núcleos urbanos regionais. Todavia, esses acréscimos eram inferiores a 10% por década. Neste contexto, em 1900 sobressaía uma população jovem (35 a 45% tinha menos de 15 anos de idade- Recenseamento Geral da População de 1900, INE), enquanto aqueles que já tinham ultrapassado os 65 anos de idade, raramente aglutinavam 4%, dominando os valores mais reduzidos, inferiores a 2%.



Fonte: Recenseamento Geral da População de 1864, Imprensa Nacional

Fig. 2- População residente, por freguesia, em 1864.

Por seu lado, se excetuarmos as sedes concelhias, em 1900 eram ocasionais as freguesias onde a taxa de analfabetismo fosse inferior a 70% (Fig. 3), aproximando-se mesmo de 95%, sobretudo entre o grupo feminino, nas freguesias mais orientais, sem grande impacte da vinha e sem acessibilidades condignas. Este cenário ainda era mais gravoso quando se ultrapassavam os limites da Região Demarcada do Douro e incidiamos nas freguesias de morfologia serrana, onde a população subsistia tendo por base uma agro-pecuária intensiva tradicional. É, porém, imperioso desde já realçar para além das sedes concelhias, sobremaneira as do Baixo Corgo, o eixo Vila Real / Lamego, interligado pela EN2.

Avancemos para o século XX. Durante a primeira metade do século XX sucederam-se os acréscimos demográficos, com destaque para o eixo Vila Real/Lamego e para as freguesias contíguas à EN, enquanto se intensificava a população com mais de 65 anos de idade. Quando se avançava para o Douro Superior, ou quando nos direcionávamos para as freguesias não vitícolas, o progressivo envelhecimento dos residentes era já inegável, embora sem atingir ainda 10%. Em simultâneo, a representatividade dos jovens com menos de 15 anos de idade recuava para 20 a 35%, mas também a taxa de analfabetismo, embora o grau de literacia continuasse exíguo. Permaneciam ocasionais valores superiores a 25% de alfabetizados. Destacava-se, porém, pela positiva, o eixo Vila Real/ Lamego (BC), enquanto nas freguesias mais orientais, sem grande impacte dos vinhedos e sem acessos condignos, mantinham-se vulgares taxas de 95% de analfabetos, particularmente entre o grupo feminino.

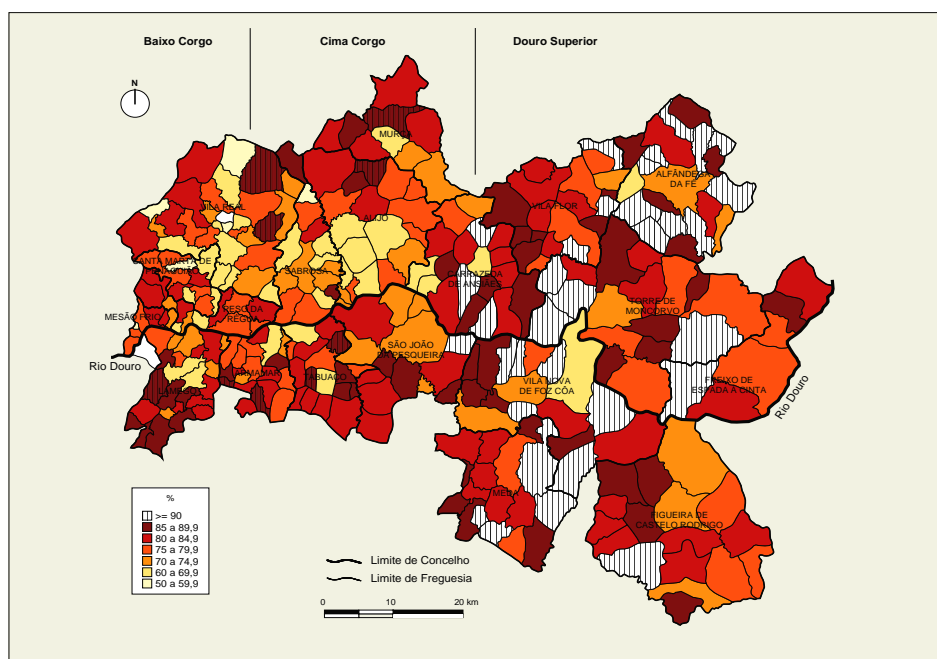


Fig. 3- Taxa de analfabetismo em 1900, por freguesia (%).

Após fortes acréscimos demográficos observados entre as décadas de vinte e cinquenta, persistia a maior concentração demográfica no Baixo Corgo, sobretudo nas sedes concelhias que vincavam a sua polaridade, enquanto os decréscimos populacionais incidiam com particular incidência no Douro Superior, se bem que ainda se degradavam mais quando ascendíamos à serra.

Por outro lado, como os fluxos migratórios masculinos se iam instituindo, foi-se acentuando o grau de feminização, exceto nas freguesias onde os vinhedos se expandiam, enquanto a população que ultrapassava os 65 anos de idade crescia mas sem ultrapassar os 10%. A taxa de analfabetismo recuava para valores inferiores a 70%, sendo já inferior a 50% nos núcleos urbanos regionais na sequência da

instituição da escolaridade obrigatória. Nas freguesias rurais, há porém que distinguir as vitícolas onde, apesar da precariedade das instalações onde se lecionava (com frequência anexos de quintas localizados na proximidade do lugar habitado e da estrada de acesso, ou no piso superior de palheiros, por exemplo), este cenário ainda se degradava nos espaços serranos, bem como a taxa de absentismo à escola, pois a força braçal das crianças era considerada imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar. A taxa de analfabetismo, sobretudo entre o sexo feminino, rondava ainda os 80%.

Por outro lado, após a ultrapassagem dos tempos conturbados da Segunda Grande Guerra, período de fortes contingências de toda a ordem, incluindo as alimentares e as sanitárias e médicas, observou-se uma recuperação demográfica, sempre assimétrica, dada a constante ascendência do Baixo Corgo, onde se sucediam acréscimos que podiam ultrapassar 50%. Realce-se sempre o eixo Vila Real/Lamego e as freguesias contíguas atravessadas pela EN Porto/Bragança. Secundariamente despontava o Vale da Vilarça e freguesias atravessadas pela EN Bragança/Guarda, com particular evidência para Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo e Vila Flor. Assim se atingiram os máximos populacionais na generalidade do Alto Douro entre as décadas de cinquenta e sessenta.

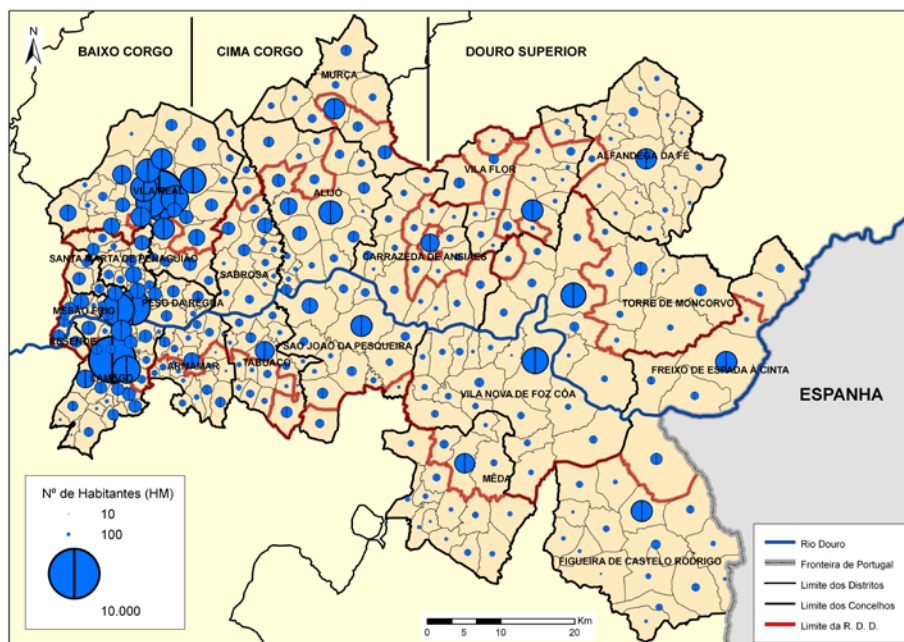
Segue-se uma nova fase em termos demográficos no espaço em análise: na segunda metade do século XX institucionalizaram-se os declínios demográficos decorrentes da forte instabilidade política, social e económica, refletindo amplos fluxos migratórios e uma forte emigração para o espaço europeu, enquanto aumentava a centripetividade das sedes concelhias e a ascendência do Baixo Corgo. Todavia, perpetuava-se a implantação assimétrica que favorecia o Baixo Corgo. Esta recessão demográfica refletia uma forte emigração e intensas migrações internas. Em simultâneo incrementava-se o eixo Vila Real/Lamego, enquanto os declínios eram inexoráveis nas freguesias mais desfavorecidas em termos geomorfológicos e vitícolas, sobretudo no Douro Superior, multiplicando-se aí decréscimos superiores a 25%, apenas numa década. Confirmava-se, porém, o novo eixo entre Vila Nova de Foz Côa/Torre de Moncorvo (DS), na ligação a Mirandela e ao seu nascente pólo industrial, aproveitando a melhoria das acessibilidades, nomeadamente do IP4, e a fluência de transportes públicos. Assim, no início do século XXI, a imagem obtida na região é muito preocupante, sendo indistigável o declínio demográfico, mas também as assimetrias territoriais, dada a ascendência crescente do Baixo.

2.2- O início do terceiro milénio: continuidades e ruturas

As tendências recessivas acentuaram-se com o início do século XXI, se bem que sempre numa perspetiva assimétrica em termos territoriais, que privilegiava o Baixo Corgo, proporcionando que em 2011 (Censos 2011, INE) apenas 21,2% dos residentes permanecessem no Douro Superior, enquanto no Baixo Corgo se concentrava 56,6% da população (Fig. 4). Entretanto, se nos distanciássemos progressivamente da região vitícola, o quadro social degradava-se de forma ainda mais nítida, sendo cada vez mais preocupante nas freguesias de morfologia serrana onde o declínio podia atingir 70%. Por

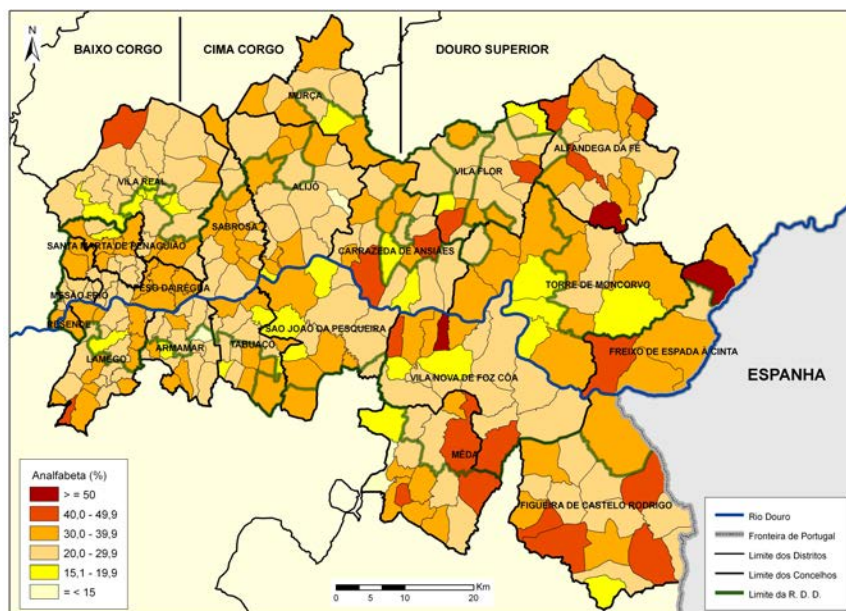
seu turno, o eixo Vila Real/Lamego cimentava a sua ascendência, particularmente o núcleo urbano de Vila Real, sede distrital beneficiada com a existência da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do cruzamento dos principais eixos viários, nomeadamente a A4 e a A24 que facilitam os contactos entre o litoral e Espanha.

Embora com uma população em declínio acentuado e cada vez mais envelhecia (em 2011 sucederam-se as freguesias onde mais de 35% da população já tinha ultrapassado os 65 anos de idade, enquanto se multiplicavam as que possuíam menos de 5% de jovens – Rec. População de 2011, INE), não obstante, em termos de formação técnica e de escolarização, o quadro tinha-se alterado positivamente, restringindo-se a população sem qualquer grau de escolaridade concluído a valores inferiores a 25% (Fig. 5), se bem que persistindo os mais preocupantes (> 45%) no Douro Superior e ainda de forma mais pronunciada nas freguesias não vitícolas. Por seu lado, nas sedes concelhias, os valores de iletrados eram inferiores a 12,5%. Acentua-se a literacia, mas sempre diferenciada territorialmente, sendo de realçar sempre as sedes concelhias, os núcleos urbanos de maior notoriedade à escala regional.



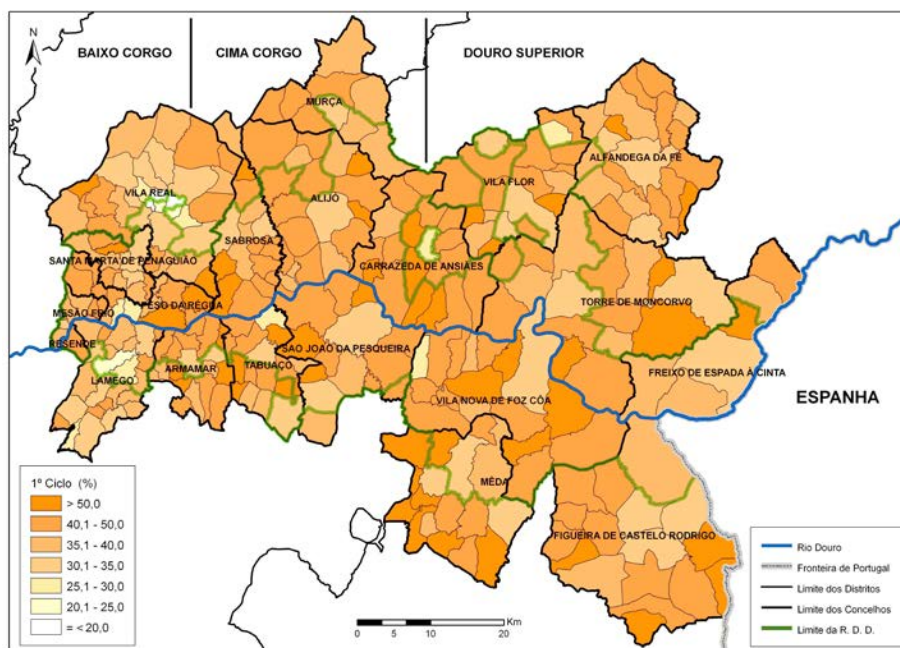
Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Fig. 4- População residente no Alto Douro, por freguesia, em 2011.



Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Fig. 5 – População sem nenhum grau de instrução concluído oficialmente (analfabetos e analfabetos técnicos) em 2011, por freguesia (%).

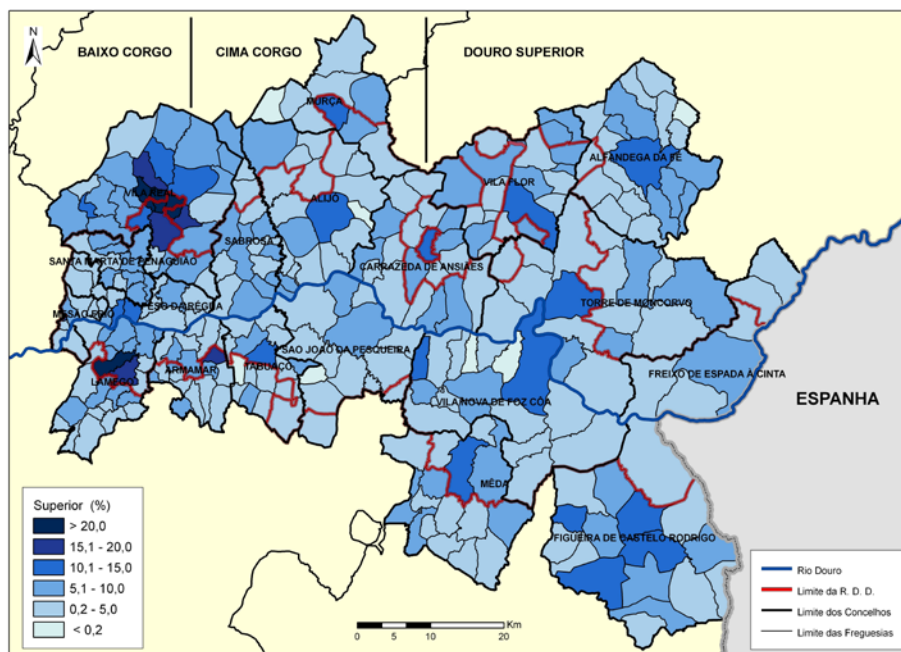


Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Fig. 6- População com o ensino básico concluído em 2011, por freguesia (%).

A escolarização dos durienses era um facto, no entanto, entre aqueles que tinham concluído a sua formação, dominava o nível básico, sobretudo no Douro Superior (40 a 60%- Fig. 6), enquanto os que

atingiam o 2º ou 3º ciclo ascendiam a 25% a 35%. Os valores mais significativos restringiam-se ao Baixo Corgo, particularmente aos núcleos urbanos onde se tinham instalado pólos universitários ou politécnicos. Aí, mais de 20% dos seus habitantes tinham concluído um curso superior (Fig. 7)



Fonte: Recenseamento Geral da População de 2011, INE
Fig. 7 – População com o ensino superior concluído em 2011, por freguesia (%)

3- A população agrícola

3.1- O declínio demográfico diferenciado

Dada a ascendência do setor primário na região, particularmente o vitícola, se restringirmos a análise à população agrícola e, de sobremaneira, ao produtor, o detentor jurídico do solo e o responsável pela exploração agrícola, confirma-se não só o declínio da população agrícola, mas também do produtor. E, tal como sucedia entre a população residente global, estes decréscimos entre a população agrícola também surgem diferenciados territorialmente, sendo mais incisivos no Douro Superior, mas sobretudo nos espaços exteriores à região vitícola duriense.

População rural que até às décadas de quarenta e cinquenta do século XX se dilatou, refletindo elevadas taxas de natalidade, já que os descendentes eram encarados como potenciais trabalhadores, em explorações agrícolas exíguas (< 2 há, dispersos por 5 a 15 blocos em termos médios - RAC 2009, INE) instituíram-se amplos fluxos migratórios dos quais sobreveio um intenso declínio demográfico e um envelhecimento estrutural nestes espaços rurais. Estas tendências foram-se acentuando, institucionalizando-se a carência de mão-de-obra especializada e onerando-se os trabalhos ou

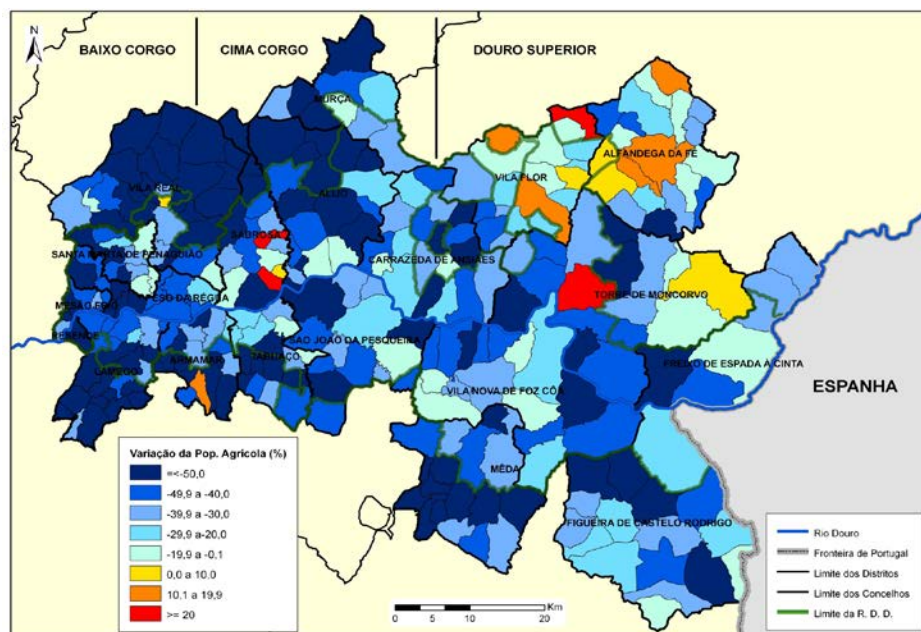
abreviando-os (Pina, 2012b). Apenas a reestruturação da vinha e a aposta em novas tipologias de socialcos, mecanizados, aliviou este problema, mas num quadro preocupante. Há, porém, que analisar as três últimas décadas, de facto as mais impressionantes e bem documentadas, nomeadamente em termos estatísticos.

Tendo por base os recenseamentos agrícolas de 1989, 1999 e 2009 (INE), confirma-se o intenso declínio da população agrícola, mas num quadro heterogéneo, sendo comuns reduções superiores a 50% quando confrontávamos este valor com o da década de sessenta (Pina, 2007). Não obstante, em 1989, era no Baixo Corgo que permanecia mais de 50% da população agrícola regional, concentrando-se de modo particular no eixo Vila Real / Lamego onde existiam hipóteses laborais. Assim se incrementou a dupla atividade entre os jovens adultos mas, em simultâneo, a manutenção da pequena propriedade familiar, da paisagem, do património regional.

Esta tendência recessiva acentuou-se na década seguinte, sobretudo no Douro Superior, enquanto os valores mais favoráveis se localizavam sempre nas proximidades dos principais núcleos urbanos regionais do Baixo Corgo, com boas acessibilidades e transportes públicos assegurados.

Uma década mais tarde, em 2009, a redução ainda era mais notória, sucedendo-se as freguesias onde o declínio da população rural foi superior a 25% numa década apenas, podendo ultrapassar os 50% no período em análise. As exceções são ocasionais e refletem a exploração conjunta dos vinhedos com outras culturas como a maçã, mas, sobretudo, o incremento acentuado da vinha e do turismo. Um cenário também apelativo surgia nas proximidades de Espanha e do Parque Natural do Douro Internacional: o turismo constitui de facto uma das vertentes que maior dinamismo proporciona à região e aos espaços contíguos. Neste contexto, se em 1989 subsistia uma notória população agrícola, sobretudo no Baixo Corgo (>70%), nos núcleos urbanos os valores eram inferiores a 30%, particularmente em Vila Real, após a instalação da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Esta imagem assimétrica aprofundou-se nas duas décadas seguintes, diminuindo no entanto a representatividade da população agrícola para valores que raramente ultrapassam os 50% da população total (INE, 2009).

Em síntese, na RDD e freguesias envolventes, nas últimas três décadas é inquestionável o decréscimo da população agrícola (Fig. 8), tendência aliviada nas freguesias inscritas no eixo Vila Real/Lamego, e, secundariamente, no eixo de ligação a Mirandela (DS), dada a existência de apostas inovadoras e da renovação/ampliação da vinha, indissociável ou não do turismo. Mas, efetivamente, a imagem mais comum proporciona a evidência de freguesias com perdas superiores a 50% da sua população rural, com o conseqüente abandono dos espaços agrícolas, particularmente os não vitícolas, e a falta generalizada de assalariados, o que onera muito os trabalhos e obriga a uma simplificação das tarefas. Nem a maior taxa de mecanização soluciona o problema (Queiroz, 2010).



Fonte: Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 2009, INE

Fig. 8 – Variação da população agrícola (HM), por freguesia, entre 1989 e 2009 (%).

3.2- O produtor agrícola: alguns aspetos do seu perfil técnico-cultural

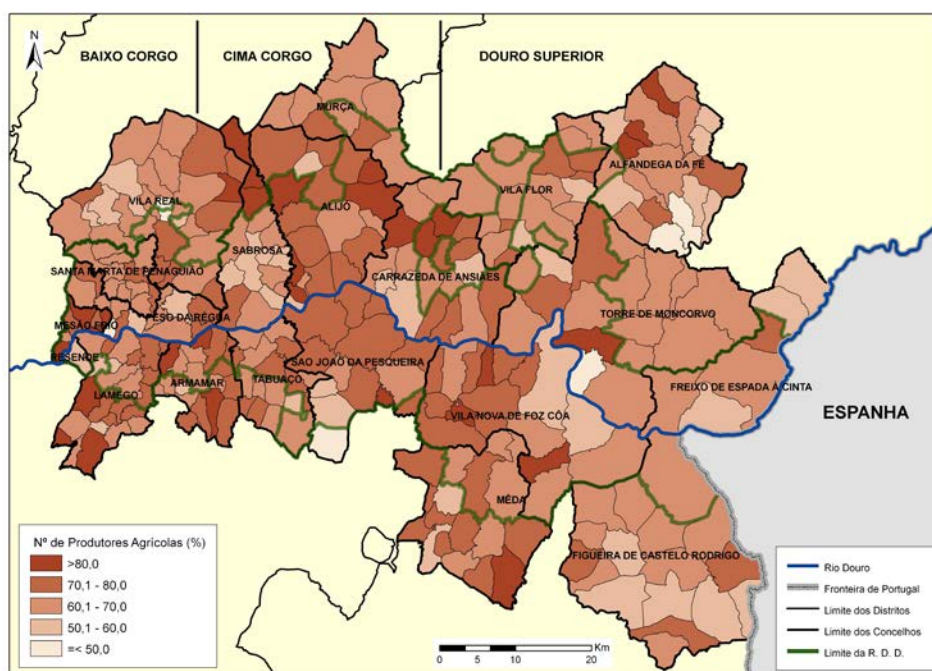
Se o cenário é preocupante no que concerne à população rural duriense, o quadro ainda se enegrece quando focalizamos a nossa atenção apenas nos produtores agrícolas. Como seria expectável, em 1989 realçava-se o Baixo Corgo, não só porque aqui dominava a pequena propriedade de estrutura familiar (Pina, 2005, 2013; Abreu, 2012), mas também porque a conjuntura desta subregião era mais recetiva à dupla atividade, particularmente entre os jovens perante a maior concentração de serviços nos núcleos urbanos de maior dimensão e a existência de “zonas industriais” nas suas envolências, proporcionadores de postos de trabalho para os jovens que, desta forma, também não se distanciavam da região. A dupla atividade afirma-se indiscutivelmente. Neste contexto, em 1989, era no Baixo Corgo que sobressaia o número mais significativo de produtores agrícolas, destacando-se as freguesias de maior histórica vitícola e de forte impacto da pequena propriedade de estrutura familiar.

No Douro Superior, perante a prevalência de problemas hídricos e a menor representatividade da vinha, o número de produtores para além de ser mais restrito, sofria as maiores reduções que ainda se iam acentuando progressivamente, sobretudo entre os mais jovens, multiplicando-se em 2009 as freguesias onde permaneciam menos de 50% dos produtores registados em 1989.

É o declínio generalizado de viticultores que se realça na RDD, mas mais pronunciado nos espaços envolventes, onde o abandono das explorações agrícolas era inegável. Resta acrescentar que, nas freguesias vitícolas mais atrativas, a redução do número de produtores e do número de explorações não

significa abandono, visto que, na generalidade dos casos, a nova geração vende os vinhedos herdados a grandes proprietários ou a firmas exportadoras, que, desta forma, ampliam os seus domínios. Neste contexto, sobeja uma população agrícola muito idosa, facto que se foi aprofundando até 2009, sobretudo no Douro Superior onde se multiplicavam as freguesias em que mais de 60% dos produtores tinham ultrapassado 65 anos de idade.

Mas nem todos os indicadores registaram uma evolução negativa, pois, tal como entre a generalidade da população duriense, no que concerne à instrução e formação técnica, a evolução foi positiva. Com efeito, se em 1989 mais de 35% dos produtores não tinham concluído nenhum grau de ensino (INE, 1989), em 2009 restavam cerca de 10 a 30% de iletrados. Acresce que, entre os produtores que concluíram um grau de ensino, dominava o nível básico mas ampliando-se progressivamente, até abranger cerca de 60 a 80% em 2009 (Fig. 9) (INE, 2009). Em simultâneo, a formação técnica deixava de ser apenas empírica, geracional.



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, INE

Fig. 9 – Produtores agrícolas com o ensino básico concluído em 2009, por freguesia (%).

Por outro lado, se em 1989 menos de 3% de produtores tinham concluído um curso superior, preferencialmente jovens e centrados no Baixo e Cima Corgo vitícolas, em 2009, 5 a 10% de produtores tinham concluído um curso superior, sobretudo em enologia quando incidíamos na RDD, ultrapassando-se mesmo 20% nas principais freguesias ribeirinhas do Baixo e Cima Corgo.

pressão demográfica regional, por outro sobreveio uma carência de mão-de-obra. Entretanto, a população remanescente era cada vez mais restrita e idosa.

Nas últimas três décadas a população agrícola duriense diminuiu e envelheceu progressivamente, sobretudo no Douro Superior, e de modo particular nas freguesias com deficiente enquadramento físico, quase sem acessibilidades ou transportes públicos. Todavia, a população remanescente ampliou a sua formação, sobretudo os residentes nas freguesias mais privilegiadas em termos vitícolas, ou nas sedes concelhias. Consequentemente, também o número de produtores agrícolas diminuiu, sobremaneira nas freguesias menos favorecidas em termos vitícolas e nas exteriores à RDD, onde se sucedem os abandonos. Nas freguesias da RDD mais privilegiadas, embora também aí o declínio seja inegável, os abandonos são ocasionais, pois os pequenos proprietários vendem os bens herdados aos detentores de grandes quintas contíguas. Perante este declínio demográfico, na atualidade surgem problemas de continuidade das explorações de estrutura familiar e, consequentemente, de preservação da paisagem e do património duriense.

Há que implementar estratégias dinamizadoras, realçando as potencialidades endógenas diferenciadoras. Como a vitivinicultura continua a ser a força motriz da região, há que apostar uma reestruturação fundiária, indissociável do associativismo, para além de controlar a expansão dos vinhedos, minimizando os excedentes vínicos e os consequentes problemas económicos e sociais. Com o apoio de instituições setoriais, deve incrementar-se também a multifuncionalidade das explorações, investindo particularmente no turismo, pois assim nascem oportunidades laborais que possibilitam a fixação de jovens com formação e a sobrevivência dos mais idosos, os detentores jurídicos do solo. Exige-se, porém, que sejam catalizados todos os estratos sociais para esta dinâmica, facilitando-se a criação de sinergias, de complementaridades entre os espaços, até porque só com esta conjugação se potenciam os recursos endógenos, numa perspetiva conjuntural, inovadora e sustentável. Esta dinâmica tem de ser articulada a diversos níveis, incluindo a intervenção das autoridades autárquicas e dos serviços técnicos mas, muito particularmente, com a população rural, os efetivos preservadores deste património e os difusores desta dinâmica.

Há que criar condições para a fixação da população mais jovem, incentivando a formação técnica mas também através de palestras “polivalentes” que cativem não só os jovens, mas também os estratos sociais mais idosos, valorizando o setor agrícola e as suas problemáticas. Obviamente o apoio técnico, efetivo, também tem de ser uma realidade, bem como outros serviços e apoio.

Em síntese, é necessário revitalizar e dinamizar a região, particularmente a vitivinicultura com todas as sinergias que lhe estão associadas mas numa complementaridade com os espaços envolventes, mas, para tal, há que implementar projetos recorrendo a fundos europeus que incluam desde o turismo a micro unidades agro-industriais e à bioenergia tendo por base a criação de associações concelhias que se conjuguem com os privados, mas de uma forma coordenada, sustentável,

não desvirtualizadora deste património. Assim se poderá revitalizar em termos económicos e sociais este espaço patrimonializado pela UNESCO.

Bibliografia

ABREU, L. (2012). Direito da Propriedade Privada e Utilização do Solo no Alto Douro Vinhateiro, In *Direito Rural*, Vida Económica Editorial S.A, Porto, 34 (ISBN:978-972-788)

ANDRESEN, T. e REBELO, J. (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva*, Volume 1 – Relatório de Avaliação e Volume 2 – Estudos de Base. Porto: CIBIO UP / UTAD.

CCDRN (2007). *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte: Porto

DERMENDHIEVA, s. et al (2011). “Danube and Douro, two rivers one destination the axis of connection or world sociocultural barriers”, in Acts “*International Dialogue and Education in the Balkans and Eastern Europe*, University of Verliko Tarnovo, Bulgária

FERREIRA, J. (2012). *A Sustentabilidade do Alto Douro vinhateiro: realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região*, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

MAGALHÃES, R. (coord.) (2008). *O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2005-2013*, CCDR, Porto

INE (2009). *Recenseamento Agrícola de Portugal de 1989, 1999 e 2009*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

LOURENÇO, J. et al (2008). *Alterações dos usos do solo - o caso do vale do Douro*, Universidade do Minho, Braga. ISSN 0873-1152. 30 (2008) 33-50.

PINA, H. (2007). *O Alto Douro - um espaço contrastante em mutação*, colecção Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa

PINA, H. (2010). “The importance of Complementarity in the Territorial Cohesion and Sustainability of Rural Areas: The case of Cambres, a Douro Winegrowing Area, and Magueija, a Mountainous Area”, in *Revija Za Geografijo, Journal for Geography*, 5-2 (G10), Department of Geography, Faculty of Arts, University of Maribor (Slovenia), p.27-42

PINA, H. (2012a). How to enhance, yet preserve, the social and cultural heritage of the Rural Douro region, including the festivities?, *Espaço Aberto- PPGC*, UFRJ, Rio Janeiro

PINA, H. (2012b). Land use structure in the Demarcated Douro Region: overarching trends in the last few decades, *Journal of Geography*, Galway, 123-139

PINA. H. (2012c). A Região Duriense, um património a desenvolver preservando e inovando, e-book *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento Territorial nas Periferias Europeias*, Faculdade Letras Universidade Porto, Porto

PINA. H. (2013). A estrutura fundiária duriense – um quadro problemático que urge reverter e dinamizar. In *Direito Rural*, Vida Económica Editorial S.A, Porto, 34 (ISBN:978-972-788-)

QUEIROZ, J. et al. (2010). Vine spacing in steep slope viticulture: narrow terraces, Douro Region. Viticulture en fort pente et densité de plantation: banquettes étroites, Région de Douro. CERVIM, *Troisième Congrès International Viticulture de Montagne et/ou En Forte Pente*, Castiglione di Sicilia, Catania, Itália.

RODRIGUES, M. et al (2011). Climatic Zoning and Vineyards Aptitude in the Douro Region (North of Portugal), in *19th Annual Colloquium of The International Geographical Union Commission on the Sustainability of Rural Systems*, National University of Ireland, Galway, Ireland